UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

AVALIAÇÃO E DIAGNÓSTICO PRELIMINAR CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (ISP/UFPel)

Coordenador: Prof. Francisco Eduardo B. Vargas

Pelotas, abril de 2011

Sumário

Apresentação

Introdução

Parte I – Referencial Teórico e Marco Legal

1. **O papel das ciências sociais e a formação de cientistas sociais**
2. **As reformas educacionais e os parâmetros curriculares nacionais**
3. **Os parâmetros curriculares dos cursos de ciências sociais**
4. **O ensino de graduação na Universidade Federal de Pelotas**

Parte II – Diagnóstico preliminar

1. **Antecedentes: aspectos históricos**
2. **Indicadores gerais e caracterização do curso**
3. **O perfil dos ingressantes**
4. **Indicadores de evasão e repetência**
5. **O Projeto Político Pedagógico**

Conclusões

Referências

Anexos

Anexo 1 – A Estrutura do Projeto Político Pedagógico

Anexo 2 – Considerações sobre a Estrutura Curricular

Apresentação

O presente documento tem como objetivo apresentar um diagnóstico preliminar do Curso de Ciências Sociais – bacharelado e licenciatura, vinculado ao Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, visando subsidiar o debate e a reflexão que culminarão na reforma de seu projeto político-pedagógico.

Tal iniciativa tem como finalidade qualificar o processo de formação dos cientistas sociais, identificando o perfil, as competências e habilidades do profissional que se pretende formar e as condições pedagógicas que tornam efetivamente possível essa formação.

A partir deste diagnóstico preliminar, pretende-se ampliar e aprofundar a reflexão sobre a reforma do referido projeto pedagógico, propiciando um processo democrático de construção coletiva baseada na ampla participação da comunidade acadêmica. Além disso, pretende-se preparar a realização das Jornadas Pedagógicas das Ciências Sociais, espaço para o qual confluirão as reflexões já em andamento

Neste sentido, a Coordenação do Colegiado do Curso de Ciências Sociais convoca todos os estudantes, professores e funcionários para um efetivo engajamento neste processo que se propõe a repensar e redefinir a formação dos cientistas sociais no âmbito desta universidade e, porque não dizer, no âmbito das próprias sociedades contemporâneas.

Pelotas, abril de 2011.

Prof. Francisco E. B. Vargas
Coordenador do Curso de Ciências Sociais

Introdução

A formação de cientistas sociais, sejam eles pesquisadores ou professores, apresenta-se como um grande desafio para as instituições de ensino superior no Brasil. O mundo contemporâneo passa por profundas transformações que não só desafiam os cientistas sociais, por sua velocidade e complexidade, mas que também colocam em xeque o próprio papel desse tipo de intelectual e profissional.

Os problemas sociais se avolumam e se ampliam. A implementação, desde o início da chamada modernidade, de um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, na industrialização intensiva, no consumo de massa, no crescimento das organizações públicas e privadas, na expansão e fortalecimento dos estados nacionais e, mais recentemente, num processo acelerado de globalização, de inovações tecnológicas e de crise do modelo de regulação estatal, colocam-nos frente a um mundo social em permanente ebulição. Desde as questões relativas aos direitos humanos até aquelas que dizem respeito ao desenvolvimento e à sustentabilidade ambiental e sócio-cultural, passando por questões que tratam sobre violência e segurança, saúde e bem-estar, educação e qualificação profissional, participação política e movimentos sociais, consumo e cidadania, uso de novas tecnologias e meios de comunicação e informação, direitos das minorias e desigualdades de classe, gênero, raça, etnia e geração, urbanização, cultura e patrimônio, o volume de questões tratadas pelos cientistas sociais é imenso e de enorme complexidade. Ao mesmo tempo, os enfoques e abordagens no tratamento destas questões também se multiplicaram, colocando em xeque os modelos tradicionais de ciência herdados do século XIX e exigindo dos cientistas sociais, formados ou em formação, imensa capacidade de reflexão sobre suas condições de trabalho, familiaridade com a diversidade de enfoques, sensibilidade no relacionamento com os sujeitos da pesquisa, domínio das técnicas de investigação que também se ampliam e se complexificam. Além do mais, o volume e a velocidade das informações e dos conhecimentos que circulam na sociedade e no interior da própria ciência através das tecnologias de informação e comunicação colocam os cientistas sociais diante de uma imensa quantidade de materiais que impõem um esforço de seleção e reflexão ainda mais apurado. Enfim, a formação de cientistas

sociais é, cada vez mais, um processo árduo e longo, exigindo das instituições de formação uma enorme capacidade de discernir os aspectos mais centrais e estratégicos desse processo.

Por todas essas razões, o presente documento propõe-se a apresentar os seguintes elementos que poderão contribuirão na condução do processo de discussão e reforma do projeto político-pedagógico do Curso de Ciências Sociais:

a) Identificar algumas concepções atuais que tem discutido e pensado o papel dos cientistas sociais no mundo contemporâneo;
b) Identificar os princípios pedagógicos que tem orientado as reformas educacionais no Brasil;
c) Identificar as bases legais de formação dos cientistas sociais no Brasil e na UFPel; e, finalmente,
d) Realizar um diagnóstico inicial do Curso de Ciências Sociais, bacharelado e licenciatura (ISP/UFPel), visando subsidiar a formulação de novas propostas de organização da formação dos cientistas sociais.

Para atingir tais objetivos, realizaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: revisão de literatura mínima que trata da questão do papel das ciências sociais no mundo contemporâneo; revisão dos documentos que estabelecem os princípios fundamentais das reformas educacionais no Brasil tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Orientações Curriculares correspondentes; revisão da legislação que regula os cursos de graduação em ciências sociais e estabelece seus parâmetros curriculares, bem como das normas que orientam os cursos de graduação da UFPel; análise do projeto pedagógico atual dos Cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Ciências Sociais; análise de diversos indicadores estatísticos do Curso de Ciências Sociais; sistematização das reflexões e debates realizadas no âmbito do colegiado e pelos professores do curso ao longo dos últimos anos em diversas reuniões.

O presente documento está organizado em duas partes principais. Na primeira parte, apresenta-se o debate e os referenciais teóricos, pedagógicos e legais que podem contribuir para subsidiar o processo de reforma do projeto pedagógico do Curso de Ciências Sociais. Na segunda parte, apresenta-se, mais precisamente, o diagnóstico preliminar do Curso de Ciências Sociais, apresentando os antecedentes históricos do Curso e identificando os alguns problemas identificados até o presente momento.

Parte I – Referencial Teórico e Marco Legal

1. O papel das ciências sociais e a formação dos cientistas sociais

O modelo de formação profissional que se pretende implementar em um curso universitário depende da concepção do perfil e do papel do profissional em questão. Neste sentido, os princípios gerais que definem o que deve ser tal profissional, quais devem ser suas competências e habilidades, que conhecimentos e saberes deve dominar, que atitudes deve assumir em sua atuação profissional são elementos decisivos na configuração do modelo de formação.

Desde sua formação, a partir de meados do século XIX e, sobretudo, com a implementação de um processo mais intenso de institucionalização a partir do final do século XIX, as ciências sociais vêm discutindo sua importância e seu papel nas sociedades modernas.

Augusto Comte (1989) reivindicava para a sociologia uma importância crucial no processo de reforma e de reorganização das modernas sociedades industriais. Tanto no combate às velhas instituições, que eram vistas como representando o atraso e o obscurantismo, como na crítica das concepções revolucionárias e voluntaristas de mudança social, este pensador colocava os cientistas sociais como a nova elite espiritual que dirigiria as sociedades modernas rumo ao progresso. Esta concepção sobre o papel dos cientistas sociais foi hegemônica durante a maior parte da história destas ciências e se apóia numa concepção naturalista do objeto das ciências sociais. Estando a vida social submetida a uma ordem relativamente estável e regida por leis naturais, cabe aos cientistas sociais desvendar essas leis e compreender os mecanismos que asseguram essa ordem para restabelecer o equilíbrio, o bem estar e o progresso. O conhecimento objetivo e o domínio da técnica e da metodologia científicas constituem o caminho, portanto, de uma prática profissional empenhada em apreender o mundo social tal qual ele se apresenta em sua objetividade. Estando vocacionado para a produção do conhecimento, para a construção da teoria social, deve o cientista social empenhar-se nessa árdua tarefa intelectual, deixando para os cidadãos, os políticos, a tarefa mais mundana da aplicação desses conhecimentos, da atividade de intervenção sobre o mundo social. Essa separação entre teoria e prática, tão cara à concepção e tradição positivista de ciência, perpassa profundamente a organização das instituições acadêmicas e a formação dos cientistas sociais.

Nesta concepção e modelo da prática profissional, o cientista social, a partir de suas ferramentas intelectuais, neutras e objetivas, desvenda a natureza dos problemas, dos conflitos e das crises sociais, abrindo caminho para as intervenções sociais (pelo Estado) que resolverão os problemas diagnosticados.

Este modelo de ciência e de papel do cientista social também esteve presente no processo inicial de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Como nos mostra Florestan Fernandes (1977), a formação dos primeiros cursos de ciências sociais no Brasil, em São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos trinta, ocorreu num contexto em que se pretendia formar uma elite intelectual e dirigente em um país que emerge no processo de constituição de uma sociedade moderna e industrial. Neste sentido, as ciências sociais e seus saberes, bem como o papel do cientista social em sua prática profissional de produção de conhecimentos sobre o mundo social, impõe-se a partir da necessidade de estabelecer um conjunto de mudanças e reformas sociais visando o desenvolvimento e a modernização do país. As ciências sociais apresentam-se, pois, comprometidas com as novas instituições, crenças e valores de uma sociedade urbana, industrial e capitalista em expansão, confrontando-se, pois, com as velhas instituições, saberes, valores e crenças tradicionais, considerados atrasados e responsáveis pelo nosso "subdesenvolvimento". As ciências sociais contribuem, assim, decisivamente para a consolidação dos ideais de uma sociedade urbana e industrial que aspira ao progresso e ao desenvolvimento.

As conseqüências de tal modelo de prática profissional dos cientistas sociais mostra-se hoje bastante criticável. Uma visão naturalista da vida social tem como conseqüência uma concepção autoritária de produção de conhecimento e de intervenção, pois não reconhece que o espaço social é, sobretudo, marcado por conflitos de valores e interesses. Neste sentido, a produção dos conhecimentos, a definição dos problemas e dos métodos de investigação, bem como as intervenções que possam advir desses conhecimentos não são neutras na busca de soluções para os problemas sociais diagnosticados. A própria noção de problema social e sua definição supõem um conjunto de crenças, valores e interesses que não são necessariamente consensuais. Neste modelo, cuja prática profissional corre o risco de tornar-se autoritária, o próprio cientista social poderá identificar-se e assumir-se como o portador de um saber superior, iluminado, supostamente capaz de resolver os problemas sociais à revelia dos atores sociais e dos conflitos que constituem o espaço social. Nestes termos, a racionalidade científica apresenta-se como técnica intelectual neutra e objetiva.

A crítica a este modelo de ciência e de prática profissional está presente na própria história das ciências sociais. A tradição weberiana e historicista, ao propor outra concepção da vida social e do objeto das ciências sociais, aponta no sentido de uma concepção mais restrita e limitada das ciências sociais, a partir do reconhecimento explícito do caráter valorativo dos saberes científicos. Neste sentido, contrapondo-se à visão de que o conhecimento científico possa ser neutro e exterior aos objetos que se propõe investigar, essa tradição vai introduzir o problema da "relatividade" da validade do conhecimento científico, sem deixar de reconhecer a extrema eficácia e força da racionalidade científica. Logo, se o conhecimento se dá em contextos valorativos e se, portanto, os fins e valores extra-científicos constituem a ciência e seus resultados, pode-se admitir um constante e permanente conflito intelectual no campo da ciência, resultante dos diferentes pontos de vistas valorativos adotados pelos cientistas sociais.

Ora, tal reconhecimento tem enormes conseqüências em termos de papel das ciências sociais e em termos de formatação das práticas profissionais. A partir dessa outra referência, os cientistas sociais poderão, mais ou menos legitimamente, orientar-se seja a partir de uma prática claramente *"engajada"*, como aquela defendida pela tradição marxista, tendo em vista a defesa explícita de determinados classes, grupos e interesses (sejam eles os *"dominados e oprimidos"*, os movimentos sociais ou os interesses de corporações econômicas poderosas), seja a partir de uma prática mais autônoma (nunca neutra) e de distanciamento em relação aos interesses imediatos dos atores sociais. Tal modelo relativista, no entanto, não é consensual entre os próprios cientistas sociais.

Alain Touraine (1974), que considera as relações sociais marcadas por lutas e conflitos como o próprio **centro da análise sociológica**, procura refletir sobre o papel das ciências sociais nas sociedades contemporâneas e a difícil e ambígua situação dos cientistas sociais. Segundo o autor, essa dificuldade deve-se ao fato de que as ciências sociais não devem se desvencilhar apenas das crenças e concepções de que os fenômenos sociais são comandados por uma ordem superior (seja ela a *"providência"*, ou o *"sentido da história"*) ou por forças não sociais (como as inovações tecnológicas ou o Estado), elas precisam se desvencilhar também das concepções propriamente sociológicas, de orientação estrutural-funcionalista, que definem a sociedade como uma ordem integrada e consensual. Essa *"sociologia"*, vítima do empirismo, impõe a necessidade de se colocar a perspectiva sociológica do ponto de vista da sociedade, isto

é, de aceitar suas definições dominantes do central e do marginal, do normal e do patológico, do superior e do inferior.

Para o autor, *"se a sociologia é tão freqüentemente e tão violentamente rejeitada ou vista quase sempre com tanta desconfiança é porque ela procura apreender o âmago (le feu) da sociedade, isto é, o movimento pelo qual uma sociedade comanda a si própria, sem, no entanto, recorrer a uma explicação meta-social"*.(1974, p. 14-15) Essa historicidade, essa capacidade de ação da sociedade sobre ela mesma, de criar suas próprias orientações, de se produzir, bem como os conflitos que se manifestam nesse processo, constituem o centro da atividade sociológica e, por essa razão, ela não pode se identificar com os interesses e os pontos de vistas dos atores sociais, sob pena de estar seja a serviço da ordem, isto é, dos detentores do poder, seja a serviço dos interesses imediatos de determinados atores sociais.

Assim, não há posição satisfatória para o sociólogo, pois, ao mesmo tempo em que ele se constitui um cidadão dotado de identidade e pertencimento, ele não pode trabalhar senão destruindo sua própria identidade, a fim de evitar que se identifique a determinados atores. Nesses termos, a sociologia é uma *"loucura"*, pois ela *"consiste em explicar as condutas sociais não pelo conhecimento do ator ou pela situação na qual ele se encontra, mas pelas relações sociais onde ele está engajado"*. Mas não se trata aqui de neutralidade, pois *"não há neutralidade possível entre aquele que domina e aquele que é dominado"*. Para Touraine, não se pode apreender o conflito senão vivendo na contradição. Logo, as condições sociais nas quais o trabalho do sociólogo é possível são bastante peculiares. *"Ameaçada de um lado pela ideologia e a submissão aos atores sociais, de outro pelo corporativismo e a marginalidade, a sociologia vive dificilmente e só trabalha na medida em que sua sociedade é tolerante, onde o poder não é unificado e mais precisamente onde novas forças, tanto do lado da classe dirigente ou do aparelho de Estado como do lado das forças populares se apóiam na análise crítica do sociólogo, o aceitam ou o encorajam em seu esforço para romper as barreiras que se opõem a sua própria ação"*.

Na esteira desse debate, Burawoy (2009), em sua defesa de uma sociologia pública, propõe-nos algumas categorias de análise para pensar o campo profissional e os padrões de atividade dos cientistas sociais na sociedade contemporânea. Em artigo seminal publicado em livro homônimo, denominado "Por uma Sociologia Pública", o autor avança onze teses em torno das quais procura indicar novos caminhos para a prática sociológica, desenvolvendo uma "tipologia" para analisar e interpretar a

atividade profissional dos cientistas sociais. Apesar de referir-se à sociologia, sua reflexão pode ser estendida também aos campos da antropologia e da ciência política.

Burawoy (2009, p. 24) define a sociologia pública como aquela que *"põe a sociologia em diálogo com públicos, entendidos como pessoas que estão elas próprias em conversação"*. Nestes termos, o autor define a prática sociológica como uma prática dialógica, o que supõe uma permanente interação entre o "saber profissional" do cientista social e o "saber ordinário" dos públicos com os quais o cientista social dialoga. Ao distinguir a sociologia pública em dois tipos principais, a "tradicional" e a "orgânica", o autor avança no sentido de identificar qual é a natureza da relação que o cientista social trava com seus públicos. Essa relação pode ser mais distante, estabelecida a partir de um diálogo indireto através dos meios de comunicação de massa, dos livros e artigos publicados, enfim, da inserção do cientista social na grande mídia, ou pode ser uma relação mais próxima, denominada pelo autor de "orgânica", na qual se estabelece um vínculo direto e uma identidade política e ideológica do cientista social com seu público. Em um caso como no outro, o cientista social está em permanente interação com os públicos e coloca a linguagem das ciências sociais em comunicação e em troca com outras linguagens.

Neste sentido, a "sociologia pública" é uma dentre os outros tipos de prática profissional. Por isso, no desenvolvimento de seu argumento, o autor acaba propondo uma tipologia que procure identificar e dar conta das diferentes dimensões e características que esta prática pode assumir. Nesse sentido, Burawoy propõe uma espécie de mapa para analisar os diferentes tipos de prática profissional nas ciências sociais. Essa tipologia é apresentada pelo autor como "tipos ideais" weberianos. Na realidade concreta, esses tipos estão misturados. Logo, eles não são excludentes entre si. Ao contrário, eles constituem uma "divisão do trabalho sociológico" na qual diferentes cientistas sociais poder exercer diferentes e complementares funções.

Burawoy propõe quatro tipos distintos de prática profissional (2009, p. 28). Além da "sociologia pública", apresenta também a "sociologia para as políticas públicas", a "sociologia profissional" (ou acadêmica) e a "sociologia crítica". Ao comparar esses diferentes tipos de prática profissional com a sociologia pública, o autor propõe dois critérios fundamentais que permitem diferenciá-las.

O primeiro critério responde, segundo o autor, à questão "sociologia para quem?" e permite identificar as diferentes audiências dos cientistas sociais. Neste sentido, esta poderia ter tanto uma "audiência acadêmica" como uma "audiência extra-

acadêmica". A sociologia pública e a sociologia para políticas públicas caracterizam-se como práticas prioritariamente voltadas para audiências extra-acadêmicas, enquanto a sociologia profissional e a sociologia crítica têm como alvo audiências propriamente acadêmicas.

O segundo critério de diferenciação dos tipos de sociologia refere-se à questão "sociologia para quê?", referindo-se ao tipo de conhecimento produzido. Este pode ser um "conhecimento mais instrumental", voltado para resolver problemas teóricos ou práticos, ou um "conhecimento mais reflexivo", voltado para a reflexão e a crítica do próprio espaço de atuação do cientista social e de sua relação com a sociedade. Neste sentido, a sociologia profissional e a sociologia para as políticas públicas desenvolvem um conhecimento mais instrumental, procurando resolver enigmas específicos, enquanto a sociologia pública e a sociologia crítica desenvolvem um conhecimento mais reflexivo, com o objetivo de indagar sobre as razões mesmo do estado atual das condições de existência social e intelectual, da sociedade e da própria sociologia.

Enfim, a importância da sociologia pública revela-se, precisamente, em sua capacidade de propor uma abordagem crítica da vida social e da própria prática profissional, articulada com um diálogo permanente com a sociedade, o que permite à sociologia sair de seus próprios muros e se tornar uma força dinâmica de ação e de mudança social. Por todas essas razões, as categorias propostas por Burawoy mostram-se pertinentes e desafiadoras, na medida em que propõem um olhar sobre o campo de atuação dos cientistas sociais que vai além do espaço estritamente acadêmico e da lógica do trabalho profissional como trabalho puramente voltado para a pesquisa. Alarga-se, assim, o campo de visibilidade para pensar as concepções e práticas profissionais dos cientistas sociais.

2. As reformas educacionais e os parâmetros curriculares nacionais

A constituição de 1988 representou um novo marco institucional na organização da sociedade brasileira, expressando um longo processo político de luta pela democratização do país e pela garantia dos direitos dos cidadãos. No campo educacional, a constituição aponta para a formulação de novos princípios que devem orientar a organização das instituições educacionais e que foram detalhados na Lei nº

9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996.

A Constituição de 1988 e a LDB de 1996 fixam um conjunto de princípios e fins da educação nacional, enfatizando dimensões como o desenvolvimento integral do educando, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Neste sentido, aponta para concepções pedagógicas que colocam o educando no centro do processo educacional, valorizando suas experiências e vivências, sua subjetividade e suas condições sociais e culturais de existência.

Na educação superior, a LDB aponta não só para a divulgação, formação e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, que constituem patrimônio inestimável da humanidade, mas também para a criação cultural, a participação no mundo do trabalho, a integração dos conhecimentos, a resolução de problemas concretos no mundo contemporâneo, nacionais ou locais, e a extensão aberta à participação da população. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio fixado na Constituição de 1988, sinaliza na direção de princípios pedagógicos que vinculam a produção de conhecimentos com a prática social, o que possibilita um permanente diálogo entre a ciência e as outras formas de conhecimento que emergem na sociedade.

A LDB fixa, igualmente, a partir do princípio da autonomia universitária e segundo as diretrizes gerais de cada área de formação, a prerrogativa das instituições de ensino superior, através de seus colegiados, de criar e organizar seus cursos e fixar os currículos, planos, programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão. A autonomia didático-científica conjuga-se também com a pluralidade disciplinar e com a pluralidade pedagógica.

As diretrizes curriculares nacionais e, principalmente, aquelas fixadas para os cursos de formação superior, mas também àquelas que se referem à educação básica, estabelecem um conjunto de novos princípios pedagógicos a serem seguidos pelas instituições educacionais e, particularmente, no ensino da sociologia e das ciências sociais. Nestas diretrizes, uma série de argumentos são evocados para pensar os rumos da educação no mundo contemporâneo, marcado por transformações profundas e rápidas, sobretudo nos planos da produção e circulação informações e conhecimentos. Num mundo em permanente e intensa mudança e, ao mesmo tempo, marcado pelo bombardeio diário de um enorme volume de informações, as instituições educacionais são obrigadas a repensar seus papéis e significados. O percurso educacional não só é

menos atrativo face às oportunidades da vida cotidiana contemporânea (lazer, meios de comunicação de massa, televisão, cinema, esportes, cultura) como propicia apenas com limitação o acesso a esse conjunto quase ilimitado de informações e conhecimentos produzidos pelas ciências e pelas práticas culturais cotidianas. Nestes termos, há um desafio no sentido de tornar as práticas educacionais e de formação suficientemente significativas e atrativas para os estudantes que constroem seus percursos.

Todos esses elementos nos colocam diante de uma crise das instituições educacionais e de formação profissional. Se, por um lado, as pressões do mercado podem levar a um descuido da qualidade e ao desinteresse, tendo em vista a maior necessidade do diploma como meio de acesso ao emprego de qualidade e como diferencial competitivo, por outro, esse desinteresse também pode estar relacionado com o caráter muitas vezes abstrato dos modelos pedagógicos vigentes. Centrados nos "conteúdos", essas práticas pedagógicas tradicionais de formação têm dificuldade de mobilizar os estudantes como sujeitos fundamentais do processo de aprendizagem.

Segundo os documentos que traçam os rumos das reformas educacionais em curso, mais do que "assimilar conteúdos", as práticas educacionais devem desenvolver atitudes, habilidades e competências nos aprendizes capazes de fazer enfrentar a complexidade desse mundo. Nesse sentido, a capacidade de aprender, de pesquisar, a autonomia, bem como as capacidades relacionais, têm um papel crucial na formação dos estudantes em todos os níveis educacionais. Por todas essas razões, esses documentos sugerem que a formação não se apresente apenas como um processo puramente cognitivo, mas prático-social, político, ético. O aprendizado da própria linguagem revela-se um processo prático-social que se torna eficaz apenas na medida em que mobiliza os sujeitos da aprendizagem e os coloca diante de situações e problemas concretos a serem solucionados.

3. Os parâmetros curriculares dos cursos de ciências sociais

O Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 492, de 03 de abril de 2001, e a Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002, estabelecem as diretrizes curriculares para os Cursos de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), devendo as mesmas orientar a formulação dos projetos pedagógicos dos cursos. Além destas normas, os cursos de

licenciatura possuem suas regulamentações específicas, definidas, principalmente, na Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Esta última Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

Segundo a Resolução CNE/CES nº 17, acima referida, os projetos pedagógicos dos Cursos de Ciências Sociais devem explicitar os seguintes elementos:

a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
b) as competências e habilidades gerais a serem desenvolvidas;
c) as competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas na licenciatura;
d) os conteúdos curriculares de formação específica, formação complementar e formação livre;
e) os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
f) a estrutura do curso;
g) o formato dos estágios;
h) as características das atividades complementares;
i) as formas de avaliação.

As diretrizes estabelecem como princípios norteadores os seguintes elementos:

- *Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social.*
- *Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística.*
- *Partir da idéia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular.*
- *Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicite os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão.*
- *Estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso.*

As diretrizes definem, ainda, o perfil geral dos egressos dos Cursos de Ciências Sociais, explicitando que se trata da formação de: a) Professor de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior; b) Pesquisador, seja na área acadêmica ou não acadêmica; e c) Profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

Além de definir o perfil dos profissionais que saem dos Cursos de Ciências Sociais, as diretrizes indicam as competências e habilidades que devem orientar sua formação. As competências e habilidades gerais referem-se à necessidade de que os profissionais da área tenham: *"- Domínio da bibliografia teórica e metodológica básica; - Autonomia intelectual; - Capacidade analítica; - Competência na articulação*

entre teoria, pesquisa e prática social; - Compromisso social; e - *Competência na utilização da informática."* As competências e habilidades específicas para os licenciados indicam a necessidade de *"domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio"* e o *"domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino."*

Nas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, conforme Resolução CNE/CP nº 1/2002, são definidos os princípios que devem orientar a formação de professores, tomando-se o conceito de competência como um elemento central capaz de propiciar a articulação entre teoria e prática. Os princípios norteadores propostos pela resolução são os seguintes:

I - a competência como concepção nuclear na orientação do curso;
II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:
a) a simetria invertida, onde o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera;
b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais;
c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências;
d) a avaliação como parte integrante do processo de formação que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.
III - a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação como compreender o processo de construção do conhecimento.

Assim, a formação, em sua concepção e desenvolvimento, deve considerar o conjunto de competências necessárias para a atuação profissional, adotando-as como norteadoras tanto de sua proposta pedagógica, do currículo e da avaliação, como de sua organização institucional e gestão.

As diretrizes ainda afirmam que na construção dos projetos pedagógicos dos cursos de formação docente, deve-se levar em consideração:

I - as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
II - as competências referentes à compreensão do papel social da escola;
III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
IV - as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;

V - as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
VI - as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

Ao tratar dos conhecimentos exigidos para a constituição dessas competências, as diretrizes vão afirmar a necessidade não apenas de conhecimentos específicos das áreas de formação dos professores, mas a inserção no debate contemporâneo que envolva *"questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando":*

I - cultura geral e profissional;
II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas;
III - conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;
IV - conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino;
V - conhecimento pedagógico;
VI - conhecimento advindo da experiência.

Ao detalhar a dimensão prática como elemento central na formação dos professores, as diretrizes sustentam que essa prática não pode ficar reduzida a um espaço isolado, desarticulada com o restante do curso, devendo, pois, transcender o estágio e tendo como "*finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar". Na*s diretrizes de formação de professores afirma-se ainda que:

1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.
2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos.
3º O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Além de preverem que os Cursos de Ciências Sociais podem se organizar como Bacharelados e/ou Licenciaturas, as diretrizes curriculares indicam que os currículos devem estar estruturados em três eixos fundamentais: *a formação específica, a formação complementar e a formação livre.* Ao sustentar a necessidade de integração

entre as áreas fundamentais que compõem o curso (Antropologia , Sociologia e Ciência Política) bem como uma abertura para outras áreas do conhecimento, as diretrizes orientam-se por uma recusa à especialização precoce, propondo "*o estabelecimento de conjuntos de atividades acadêmicas definidos a partir de temas, linhas de pesquisa, problemas teóricos e sociais relevantes, bem como campos de atuação profissional.*"

Os três eixos fundamentais acima referidos são assim definidos:

- *O Eixo de Formação Específica deve constituir a base do saber característico da área de atuação do cientista social. Entende-se que tal Eixo deva ser composto de um conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e complementares que fazem parte da identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Cabe ao Colegiado do curso definir criteriosamente as atividades que definem a especificidade do curso bem como a tradução destas em carga horária.*
- *O Eixo de Formação Complementar compreende atividades acadêmicas obrigatórias, optativas e atividades definidas a partir dos conjuntos temáticos das áreas específicas de formação do curso, bem como de atividades acadêmicas que fazem interface com aqueles conjuntos advindos de outros cursos da IES, definidas previamente no projeto pedagógico do curso.*
- *O Eixo de Formação Livre compreende atividades acadêmicas de livre escolha do aluno no contexto da IES.*

As diretrizes curriculares definem que os colegiados devem estabelecer a proporcionalidade de cada eixo na totalidade do curso, segundo os limites definidos por resoluções específicas. Deste modo, as cargas horárias dos cursos são objeto de regulamentação específica, definidas pela Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre os bacharelados, e pela Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre as licenciaturas.

Em relação aos bacharelados (modalidade presencial), ficam instituídas as cargas horárias mínimas, sendo que cada instituição deve fixar, a partir desses parâmetros, seus próprios limites de carga horária mínima e máxima. A resolução prevê, ainda, que os estágios e as atividades complementares não poderão exceder o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso. Os limites mínimos para integralização da carga horária, medida em horas e cumprida em períodos letivos de, no mínimo, 200 dias, são as seguintes:

a) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.400h: Limites mínimos para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.
b) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.700h: Limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.
c) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h: Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.

d) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.600 e 4.000h: Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.
e) Grupo de Carga Horária Mínima de 7.200h: Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

A Resolução CNE/CP nº 2, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, prevê que a formação de professores da educação básica será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2.800 (duas mil e oitocentas) horas de atividade, nas quais a articulação entre teoria e prática respeite as seguintes condições:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

A Resolução ainda prevê que a integralização da carga horária acima referida se dará num prazo mínimo de três anos, obedecido o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos anuais estabelecidos pela LDB.

Em relação à estruturação dos cursos, as diretrizes curriculares prevêem que os projetos pedagógicos definam os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias ou optativas e das demais atividades acadêmicas do curso, bem como sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado. Estágios e Atividades Complementares, tais como iniciação científica, atividades de pesquisa e extensão, participação em eventos científicos, seminários, entre outras, também devem integrar a estrutura curricular, com atribuição de créditos.

Finalmente, as diretrizes curriculares dos Cursos de Ciências Sociais estabelecem que *"os cursos deverão criar seus próprios critérios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem."*

4. O ensino de graduação na Universidade Federal de Pelotas

A nova regulamentação do ensino de graduação da UFPel, instituída pelo COCEPE através da Resolução nº 14, de 28 de outubro de 2010, define que os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, construídos pelos princípios da participação

democrática, constituem seu principal dispositivo de gestão acadêmica. Tal regimento afirma que os cursos de graduação *"serão orientados, respeitando as diversidades de idéias e de concepções teórico-metodológicas, por princípios educativos promotores da integração entre ensino, pesquisa e extensão nos processos de ensino e de aprendizagem"*, visando, ainda à *"formação de profissionais qualificados para o exercício pleno da cidadania"*. Neste sentido, sustenta-se que a formação profissional deve estar alicerçada *"em conhecimentos cientificamente fundamentados e socialmente referenciados, integrados a princípios éticos, estéticos e políticos comprometidos com o aprofundamento da democracia e da justiça social em nosso país."*

No Regimento do ensino de graduação da UFPel prevê-se que os cursos de graduação podem se organizar em dois regimes distintos: I – o Regime Acadêmico Seriado; II – o Regime Acadêmico por Atividades Curriculares. O primeiro caracteriza-se *"pela matrícula, em cada período letivo, em um conjunto de atividades curriculares definido no projeto pedagógico de curso"*. O segundo caracteriza-se *"pela matrícula em atividades curriculares independentes, observados os critérios e requisitos necessários e constantes do projeto pedagógico de curso"*, representando um modelo mais flexível no qual o discente pode construir seu percurso acadêmico.

O Regimento prevê que, além de poder cursar as atividades curriculares de seu próprio curso, segundo as normas e pré-requisitos previstos no projeto pedagógico, o discente também poderá cursas atividades em outros cursos, o que também deve ser regulamentado pelo projeto pedagógico. Tais atividades realizadas fora do curso de origem não poderão, no entanto, ultrapassar a 20% (vinte por centro) da carga horária total.

No capítulo III do Regimento, é detalhado o processo de elaboração do projeto pedagógico do curso. Segundo o artigo 36, os projetos devem contemplar em sua estrutura as seguintes dimensões:

I – concepção do curso;
II - estrutura curricular;
III – quadro docente e técnico-administrativo;
IV – condições de oferta;
V – dimensões da avaliação.

Além de ser apresentado de forma contextualizada, o projeto pedagógico de curso deve explicitar seus princípios e concepções teóricas e epistemológicas, seus objetivos, sua estrutura curricular (diferenciada em formação específica, formação

complementar e formação livre ou opcional), identificando as modalidades de atividade curricular previstas. No artigo 41 do Regimento, são apresentadas as seguintes modalidades de atividades curriculares:

I – disciplinas;
II – trabalhos de conclusão de curso e outras produções acadêmicas;
III – participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão;
IV – participação em eventos científicos e culturais;
V – produção de trabalhos acadêmicos;
VI – visitas monitoradas;
VII – excursões científico-pedagógicas;
VIII – seminários;
IX – estágio;
X – práticas pré-profissionais;
XI – demais atividades consideradas, pelo Colegiado de Curso, como relevantes para a formação do discente.

Segundo o artigo 42, "as disciplinas que compõem o currículo do curso, de caráter obrigatório ou optativo, terão suas caracterizações contempladas no projeto pedagógico do curso".

O Regimento prevê, ainda, que os Estágios devem ser definidos e caracterizados nos projetos pedagógicos, segundo as normas legais vigentes. Os estágios devem se constituir, efetivamente, como atividades educativas supervisionadas, visando a formação das competências próprias da atividade profissional. O Trabalho de Conclusão de Curso, do mesmo modo que o Estágio, deve ser caracterizado como atividade curricular regular, devendo ser explicitados os critérios de elaboração, apresentação e avaliação, bem como as condições de orientação.

Do ponto de vista de sua organização, os cursos devem definir, através de seus projetos pedagógicos, suas condições de funcionamento, os turnos e horários das atividades curriculares, as formas de ingresso e permanência, os procedimentos e critérios de avaliação dos discentes e de auto-avaliação do curso. Segundo o Regimento, é o projeto pedagógico do curso que define o que é um desempenho acadêmico satisfatório, sendo a freqüência mínima, segundo a legislação vigente, condição necessária para aprovação nas atividades curriculares presenciais.

De acordo com a legislação vigente, está previsto no Regimento que *"os cursos noturnos poderão se utilizar, em até 20% da carga horária integralizada do curso, da modalidade da educação à distância para contemplar a redução da jornada de atividades diárias presenciais"*.

Parte II – Diagnóstico preliminar

1. Antecedentes: aspectos históricos

Os Cursos de Ciências Sociais, bacharelado e licenciatura, estão lotados no Instituto de Sociologia e Política - ISP da Universidade Federal de Pelotas.

O ISP foi fundado em 1957, por iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e por sugestão da UNESCO, como unidade especializada voltada para a pesquisa e extensão, com o objetivo de difundir a sociologia, a ciência política e ciências afins.

Em 1969, o ISP foi uma das unidades que participou da fundação da Universidade Federal de Pelotas. Depois de muitos anos desativado, o ISP voltou a funcionar em 1983, como instituto básico, ministrando disciplinas para várias cursos e faculdades da UFPel.

O Curso de Ciências Sociais do ISP/UFPel foi criado pela Portaria nº 08, de 20 de julho de 1990, do Conselho Universitário, exclusivamente na habilitação bacharelado. Seu efetivo funcionamento começou em 1991, quando do ingresso de sua primeira turma. A primeira formatura ocorreu em 1994. O reconhecimento do bacharelado em ciências sociais deu-se através da portaria nº 212, de 11 de fevereiro de 1999, do Ministério da Educação.

A habilitação em licenciatura foi criada cinco anos depois da criação do bacharelado, através da Portaria nº 008, de 05 de julho de 1995, do Conselho Universitário. O seu funcionamento começou em 1996 e a primeira turma de licenciados formou-se em 1999. O reconhecido da licenciatura em ciências sociais ocorreu através da Portaria nº 52, de 26 de maio de 2006, do Ministério da Educação.

Tendo em vista o processo de avaliação do Curso e subseqüente reforma curricular, a partir de 2004 o Curso de Ciências Sociais, que comportava as duas habilitações, desmembrou-se em dois cursos diferentes. Na ocasião, as novas diretrizes curriculares para a formação de professores da educação básica passou a exigir uma série de requisitos na estruturação das licenciaturas, sobretudo no que diz respeito à carga horária referente à prática de ensino, o que precipitou a separação em dois cursos distintos.

2. Indicadores gerais e caracterização do curso

Os Cursos de Ciências Sociais, bacharelado e lLicenciatura, já formaram, ao longo destes últimos dezessete anos, 492 alunos, 301 no bacharelado e 191 na licenciatura. A primeira turma do bacharelado formou-se em 1994 e, desde então, a média anual de estudantes formados nos dois cursos somados foi de 28,9. No bacharelado essa média foi de 17,7 estudantes formados ao ano e na licenciatura, cuja primeira turma formou-se em 1999, foi de 15,9. Nos últimos cinco anos, a média anual de estudantes formados nos dois cursos somados foi de 37,2, sendo de 18,2 no bacharelado e 19 na licenciatura. No ano de 2010, quarenta e três (43) alunos concluíram os cursos de ciências sociais, cinco (05) no primeiro semestre e trinta e oito (38) no segundo semestre. Destes, vinte e três (23) concluíram a licenciatura e vinte (20) o bacharelado.

Nos últimos anos, houve um importante crescimento no ingresso de estudantes nestes cursos. Desde 2010, ingressam 80 novos estudantes ao ano, 40 no bacharelado e 40 na licenciatura, através do Sistema de Seleção Unificado – SiSU realizado através do desempenho dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Atualmente (2011/1), os Cursos de Ciências Sociais contam com 263 estudantes matriculados, 115 no bacharelado e 148 na licenciatura, além de 5 alunos remanescentes do currículo anterior.

3. O perfil dos ingressantes

No início do primeiro semestre de 2010, aplicou-se um questionário estruturado para identificar o perfil dos estudantes ingressantes dos Cursos de Ciências Sociais. Através deste levantamento, pode-se traçar um perfil dos ingressantes destes cursos, conforme se detalhará a seguir. O questionário foi estruturado em seis partes, procurando-se identificar: a) as características pessoais do entrevistado; b) seu local de origem e condição familiar e residencial; c) sua trajetória escolar; d) sua condição ocupacional; e) sua relação com práticas, associativas, participação política e crença religiosa; e, finalmente, f) sua renda individual e familiar.

Ao todo, foram aplicados 80 questionários, 41 referentes a estudantes ingressantes na licenciatura e 38 ingressantes no bacharelado. Um estudante não identificou sua habilitação. Os dados a seguir serão apresentados agrupadamente, sem distinção entre as habilitações.

a) Identificação dos entrevistados, origem e condição familiar

No que diz respeito ao sexo, identificou-se 49 mulheres e 31 homens, o que corresponde a um percentual de 61,% para o sexo feminino e de 39% para o sexo masculino.

Em relação à cor, uma pessoa não respondeu a esse quesito. Dentre as demais, 61 se declararam brancas, 7 mestiças ou mulatas, 7 negras e 4 assinalaram a opção outra, na qual 2 pessoas se declararam amarelas. Em termos percentuais, 77,7% dos ingressantes em Ciências Sociais em 2010 se declararam brancos, 8,9% mestiços ou mulatos, 8,9% negros e 5,1% assinalaram a opção outra.

Em relação à idade dos ingressantes, 78 pessoas responderam a essa questão. Na apresentação dos dados, dividiu-se os estudantes nas seguintes faixas etárias: menos de 18 anos, de 18 a 21 anos, de 22 a 29 anos, de 30 a 49 anos e 50 anos ou mais. Quatro (4) alunos ingressantes tinham menos de 18 anos, isto é, 5,1% do total. Vinte e seis (26) alunos ingressantes estavam na faixa de 18 a 21 anos, perfazendo 33,3%. Vinte (20) alunos ingressantes estavam na faixa entre 22 e 29 anos, o que representa 25,6% dos estudantes. Na faixa etária de 30 a 49 anos, tinha-se um total de 23 pessoas ou 29,4% dos estudantes. Finalmente, cinco alunos ingressantes declararam ter 50 anos ou mais de idade, o que representa 6,4% dos estudantes ingressantes. Resumidamente, 64,1% dos ingressantes são jovens com até 29 anos de idade. Em contrapartida, 35,9% dos estudantes estão na faixa etária acima dos 30 anos.

No que tange ao estado civil, dos 80 entrevistados, 61 se declararam solteiros, o que corresponde a 76,3% dos alunos ingressantes. Outros 17 estudantes se declararam casados ou vivendo em união estável, o que equivale a 21,3% dos estudantes. Por fim, apenas um aluno declarou-se separado ou divorciado (1,25%) e outro viúvo (1,25%).

Ainda sobre a condição familiar, dos 76 estudantes que responderam à questão se possuíam ou não filhos, 53 responderam negativamente, isto é, 69,7%, e 23 responderam positivamente, o que corresponde a 30,3% dos pesquisados.

Em relação à cidade ou região de origem, dos 80 que responderam a essa questão 41 declararam que são do próprio município de Pelotas, isto é, 51,3% dos estudantes pesquisados. Por conseguinte, 39 estudantes, isto é, 48,7%, declararam que não são de Pelotas, vindos de outras cidades ou regiões para estudar na UFPel. Dos estudantes que vieram de fora do município, a maioria, 19 deles (23,8%) são da própria região de Pelotas (municípios vizinhos), seis (7,5%) vêm de outros municípios do estado do Rio Grande do Sul e 14 (17,5%) declararam vir de outros estados do Brasil.

b) Identificação da trajetória escolar

No questionário, procurou-se identificar o tipo de escola, pública ou privada, em que os estudantes fizeram sua formação escolar, no ensino médio e no ensino fundamental. Dos 76 estudantes que responderam a essa questão, referente ao ensino médio, 50 declararam ter cursado o mesmo em escola pública, isto é, 65,8% do total. Outros 18 assinalaram ter estudado em escola privada, perfazendo 23,7% dos estudantes. Mais oito estudantes assinalaram ter estudado nos dois tipos de escola, o que corresponde a 10,5% dos mesmos.

Em relação ao ensino fundamental, 75 estudantes responderam à questão. Quarenta e sete (47) declararam ter cursado o ensino fundamental em escola pública, isto é, 62,7% das respostas. Já os que assinalaram que estudaram em escola privada somaram 19, num percentual de 25,3%. Outras nove pessoas marcaram a opção pública e privada, num total de 12%.

c) Identificação da condição ocupacional

Sobre a condição ocupacional, 78 estudantes responderam à questão se tinham ou não uma ocupação ou emprego. Destes, 42 declararam não possuir nenhuma ocupação ou emprego, num total de 53,8%, e 36 assinalaram possuir uma ocupação ou emprego, o que corresponde a 46,2% dos estudantes.

Indagou-se, ainda, se o estudante estava à procura de trabalho ou emprego. Ao todo, 71 estudantes responderam à questão, dos quais 41 o fizeram negativamente, o que corresponde a 57,7% das respostas. Outros 30 estudantes, isto é, 42,3%, declararam estar à procura de emprego.(complementar)

d) Associativismo, participação política e crença religiosa

Em relação ao vínculo com algum partido político, das 79 pessoas que responderam a essa questão, apenas três (3,8%) se declararam filiadas a algum partido político: um ao PT, um ao PDT e um ao PP. Isto é, 96,2% dos estudantes não possuem filiação partidária.

Quanto à participação em alguma associação ou ONG, 72 pessoas declararam não participar, o que equivale a 90% dos ingressantes. Outros oito estudantes (10%) declararam participar de instituições dessa natureza.

No que diz respeito à crença religiosa, dos 75 estudantes que responderam a essa questão, 42 declararam possuir uma crença religiosa, isto é, 56% dos estudantes, e 33 declararam não possuir crença religiosa, o que corresponde a 44% dos pesquisados. Dentre aqueles que professam ter uma crença religiosa, 15% disseram ser espíritas, 13,8% católicos, 6,3% não indicaram uma crença específica (complementar)

4. Indicadores de evasão e repetência

Através de levantamento estatístico realizado junto aos registros finais das disciplinas dos Cursos de Ciências Sociais, Bacharelado e Licenciatura, analisaram-se os níveis de infrequência e reprovação no 1º semestre de 2009 e no 1º e 2º semestres de 2010. Os dados apresentados abaixo constituem a média do conjunto das disciplinas de cada um destes semestres letivos. Foram ofertadas trinta disciplinas no 1º semestre de 2009 e no 1º semestre de 2010 e vinte e cinco disciplinas no 2º semestre de 2010.

Analisando-se o conjunto de disciplinas do 1º semestre de 2009, constata-se que a média de infrequência é de 16,3%, algumas disciplinas não apresentando nenhuma infrequência e outras apresentando taxas de até 80% de infrequência. No 1º e 2º semestres de 2010, as médias de infrequência são, respectivamente, de 22,6% e 13,7%.

Houve, portanto, um significativo aumento da média de infrequência do 1º semestre de 2009 para o 1º semestre de 2010, de 16,3% para 22,6%. O crescimento da média de infrequência foi de 27,9%. Do 1º para o 2º semestre de 2010 houve uma redução da média de infrequência, passando de 22,6% para 13,7%. A redução da infrequência foi de 39,4%. Essa análise precisaria ser ampliada para outros anos a fim

de identificar se há uma diferença sazonal constante entre os primeiros e os segundos semestres letivos de cada ano.

Em relação às reprovações, constatou-se que no 1º semestre de 2009 a média de reprovação foi de 5,4%. No 1º e no 2º semestres de 2010 essas médias foram, respectivamente, de 9,1% e 6,5%. Constata-se, pois, um crescimento das médias de reprovação do 1º semestre de 2009 para o 1º semestre de 2010, passando de 5,4% para 9,1%. Neste período, o crescimento das reprovações foi de 68,5%. Constata-se, também, uma redução da média de reprovação do 1º para o 2º semestre de 2010, que passou de 9,1% para 6,5%. Essa redução foi de 28,6%.

5. O Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Ciências Sociais contém os elementos principais previstos na legislação vigente. No entanto, eles apresentam inconsistências e vazios na articulação entre os elementos da formação. Não fica claramente definido como se organiza a prática profissional e como ela se articula com as disciplinas e atividades teóricas. A pesquisa e a extensão, ainda que enunciadas como princípios de formação, não tem operacionalização prática. Inexistem projetos estruturantes a partir dos quais a formação possa adquirir um sentido prático, para além dos estágios. Não existe, igualmente, uma articulação horizontal das disciplinas ao longo dos semestres, o que pode provocar problemas de superposição de conteúdos ou de completo distanciamento entre os mesmos, problemas de excesso de leituras bibliográficas e desarticulação entre elas, problemas de desequilíbrio na organização do tempo dedicado a cada área específica. As competências e habilidades apontadas nos parâmetros curriculares não encontram eco na forma de organização dos conteúdos, das atividades de ensino e na avaliação. Esta articulação torna-se imprescindível. Trata-se de perguntar qual é o papel das diversas disciplinas e modalidades curriculares no desenvolvimento do conjunto das competências, habilidades e atitudes necessários à formação do cientista social.

Na licenciatura, os estágios carecem de um acompanhamento efetivo de professores da área das ciências sociais e as disciplinas não têm possibilitado uma reflexão sistemática dos conteúdos trabalhados em sala de aula a partir de objetivos

didáticos. Tal reflexão tem importantes efeitos sobre as metodologias de ensino adotadas no âmbito destas disciplinas.

Além do mais, os eixos encontram problemas de sequência interna, com descontinuidades ou ausência de definição clara de objetivos. A seguir, apresenta-se as estruturas curriculares dos cursos, bacharelado e licenciatura, podendo-se visualizar mais detalhadamente os componentes da formação dos cientistas sociais:

FLUXOGRAMA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

HABILITAÇÃO BACHARELADO

	Disciplina	**C.H. Semanal**	**C.H. Semestral**	**Cr.**	**Pré Requisitos Códigos**
1° Sem.	Sociologia I	4	68	4	
	Ciência Política I	4	68	4	
	Antropologia I	4	68	4	
	Estatística Descritiva	4	68	4	
	História I	2	34	2	
	Geografia Humana	2	34	2	
2° Sem.	Sociologia II	4	68	4	Sociologia I – 560055
	Ciência Política II	4	68	4	Ciência Política I – 560056
	Antropologia II	4	68	4	Antropologia I - 720054
	História II	2	34	2	
	Economia Política	2	34	2	
	Metodologia da Pesquisa Social I	4	68	4	
3° Sem.	Sociologia III	4	68	4	Sociologia I – 560055 Sociologia II – 560064
	Ciência Política III	4	68	4	Ciência Política I – 560056 Ciência Política II – 560006
	Antropologia III	4	68	4	Antropologia I – 720054 Antropologia II – 720027
	Sem. de Revisão Bibliográfica I	4	68	4	
	Metodologia da Pesquisa Social II	4	68	4	Metodologia da Pesquisa Social I – 560027
4° Sem.	Sociologia IV	4	68	4	Sociologia I – 560055 Sociologia II – 560064
	Ciência Política IV	4	68	4	Ciência Política I – 560056 Ciência Política II – 560006
	Antropologia IV	4	68	4	Antropologia I – 720054 Antropologia II – 720027
	Sem. de Revisão Bibliográfica II	4	68	4	

	Pesquisa de Campo I	4	68	4	Metodologia da Pesquisa Social I – 560027 Metodologia da Pesquisa Social II – 560031
5° Sem.	Sociologia V	4	68	4	Sociologia I – 560055 Sociologia II – 560064
	Ciência Política V	4	68	4	Ciência Política I – 560056 Ciência Política II – 560006
	Antropologia V	4	68	4	Antropologia I – 720054 Antropologia II – 720027
	Utilização de Microcomputadores	4	68	4	
	Pesquisa de Campo II	4	68	4	Pesquisa de Campo I - 560028
6° Sem.	Seminário de Sociologia	4	68	4	Sociologia I – 560055 Sociologia II – 560064
	Seminário de Ciência Política	4	68	4	Ciência Política I – 560056 Ciência Política II – 560006
	Pesquisa de Campo III	4	68	4	Pesquisa de Campo I - 560028
	Disciplina Optativa	4	68	4	
	Seminário de Antropologia	4	68	4	Antropologia I – 720054 Antropologia II – 720027
7° Sem.	Política Social	4	68	4	
	Disciplina Optativa	4	68	4	
	Disciplina Optativa	4	68	4	
	Disciplina Optativa	4	68	4	
8º Sem.	Prática Profissional de Pesquisa	10	170	10	
	Orientação de Monografia	6	102	6	

FLUXOGRAMA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
HABILITAÇÃO LICENCIATURA

	Disciplina	**C.H. Semanal**	**C.H. Sem**	**Cr.**	**Pré Requisitos Códigos**
1° Sem.	Sociologia I	4	68	4	
	Ciência Política I	4	68	4	
	Antropologia I	4	68	4	
	Prática em Ciências Sociais I	4	68	4	
	História I	2	34	2	
	Geografia Humana	2	34	2	
2° Sem.	Sociologia II	4	68	4	Sociologia I – 560055
	Ciência Política II	4	68	4	Ciência Política I – 560056
	Antropologia II	4	68	4	Antropologia I - 720054
	História II	2	34	2	
	Economia Política	2	34	2	
	Prática em Ciências Sociais II	4	68	4	
3° Sem.	Sociologia III	4	68	4	Sociologia I – 560055 Sociologia II – 560064
	Ciência Política III	4	68	4	Ciência Política I – 560056 Ciência Política II – 560006
	Antropologia III	4	68	4	Antropologia I – 720054 Antropologia II – 720027
	Prática em Ciências Sociais III	6	102	6	
4° Sem.	Sociologia IV	4	68	4	Sociologia I – 560055 Sociologia II – 560064
	Ciência Política IV	4	68	4	Ciência Política I – 560056 Ciência Política II – 560006
	Antropologia IV	4	68	4	Antropologia I – 720054 Antropologia II – 720027
	Fundamentos Psicológicos da Educação	4	68	4	
	Fundamentos Sócio-Históricos - Filosóficos da Educação	4	68	4	
5° Sem.	Sociologia V	4	68	4	Sociologia I – 560055 Sociologia II – 560064
	Ciência Política V	4	68	4	Ciência Política I – 560056 Ciência Política II – 560006
	Antropologia V	4	68	4	Antropologia I – 720054 Antropologia II – 720027
	Teoria e prática Pedagógica	4	68	4	
	Educação Brasileira e Organização de Políticas Públicas	4	68	4	

6º Sem.	Métodos e Técnicas da Pesquisa Social I	3	51	3	
	Estágio em Ciências Sociais I	7	119	7	
	Prática em Ciências Sociais IV	5	85	5	
	Disciplina Optativa	4	68	4	
	Disciplina Optativa	4	68	4	
7° Sem.	Métodos e Técnicas da Pesquisa Social II	3	51	3	Métodos e Técnicas da Pesquisa Social I - 560067
	Estágio em Ciências Sociais II	9	153	9	Estágio em Ciências Sociais I - 350017
	Prática em Ciências Sociais V	5	85	5	
	Libras I	4	68	4	
8º Sem.	Seminário de Sociologia	4	68	4	Sociologia I – 560055 Sociologia II – 560064
	Seminário de Ciência Política	4	68	4	Ciência Política I – 560056 Ciência Política II – 560006
	Estágio em Ciências Sociais III	8	136	8	Estágio em Ciências Sociais II - 350038
	Seminário de Antropologia	4	68	4	Antropologia I – 720054 Antropologia II – 720027

Abaixo, apresenta-se as ementas das disciplinas, segundo os principais eixos de formação dos cursos:

EIXO: SOCIOLOGIA

SOCIOLOGIA I

Ementa: Analisar o contexto histórico de aparecimento da sociologia, bem como os principais problemas e pressupostos metodológicos da teoria sociológica de Durkheim, Weber, e Marx. Identificar os modelos de interpretação das modernas sociedades capitalistas segundo a teoria clássica. Identificar a aplicação desses conteúdos para compreensão da nossa realidade social e os processos sociais que se desenvolvem em ambiente escolar.

SOCIOLOGIA II

Ementa: Análise comparativa e crítica dos pressupostos metodológicos e teóricos dos autores da escola clássica sociológica – Marx, Weber e Durkheim – e suas concepções da relação indivíduo e sociedade; história e transformação social. Fazer com que os estudantes compreendam as diferentes perspectivas sociológicas através das quais é possível a reconstrução científica da realidade social.

SOCIOLOGIA III

Ementa: Apresentar as principais tendências e reapropriações das tradições da teoria social através de algumas linhas de produção sociológica que estão em debate nas últimas décadas. Sociologias Internacionais, Estruturalistas, Funcionalistas, Críticas, Construtivas, Reflexivas, etc.. Pretende-se formular a idéia de heterogeneidade e amplitude dos campos teóricos. Relacionar estas contribuições

teóricas e metodológicas para investigar a sociedade em que vivemos e os complexos processos sociais que desenvolvem o universo escolar.

SOCIOLOGIA IV

Ementa: Levar ao conhecimento dos estudantes algumas concepções teóricas que deram suporte a análises sobre o processo de urbanização e lutas populares das sociedades capitalistas e o modo como foram assimiladas na produção científica brasileira. A partir daí, propiciar o debate sobre essas diversas influências teóricas, que em períodos históricos determinados, catalisam o enfreamento científico e político no Brasil, considerando, ao mesmo tempo, os processos sociais analisados. Debater sobre o processo de urbanização da sociedade brasileira e as conseqüências sociais em termos de moradia, transporte coletivo, saneamento básico etc.. questionar o processo de Espoliação Urbana que atinge grande parte da população brasileira e o modo como se manifesta no desempenho dos estudantes e nos latos índices de repetência e evasão escolar.

SOCIOLOGIA V

Ementa: Apresentar o debate sobre o subdesenvolvimento econômico dos países de industrialização tardia a partir de perspectivas teóricas e políticas que tiveram grande influência nas sociedades latino-americanas, principalmente a teoria da modernização e a teoria da dependência. Analisar de que modo manifestou-se esse debate na sociedade brasileira, dando-se ênfase a constituição de uma perspectiva nacional-desenvolvimentista que não se limitou às fronteiras da produção acadêmica, mas enveredou para o campo da política econômica e do planejamento estatal. Atualizar esta discussão considerando as experiências neoliberais dos últimos anos e o quanto elas refletem na estrutura da educação brasileira: falta de recursos físicos e humanos, baixos salários, avaliações externas, privatizações etc.

SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA

Ementa: Introdução aos desafios atuais da sociologia e as reapropriações de temas da tradição sociológica. Introduzir a polêmica da interrogação sociológica sobre a nossa contemporaneidade e o diálogo interdisciplinar.

EIXO: CIÊNCIA POLÍTICA

CIÊNCIA POLÍTICA I

Ementa: Apresentação das primeiras e basilares noções da Ciência Política, a partir de um enfoque rigoroso, voltado á definição e precisão das categorias analíticas; Contextualização da disciplina; Poder e Poder Político; Teoria das Formas de Governo. Identificar a aplicação destes conceitos para compreensão da política e das relações de dominação, que se manifestam inclusive no encaminhamento do processo ensino - aprendizagem.

CIÊNCIA POLÍTICA II

Ementa: Apresentar noções fundamentais sobre os elementos constitutivos e sobre as linhas de interpretação no que diz respeito a Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. Apresentar concepções teóricas sobre representação política. Desenvolver atividades em que se correlacione Sistema Partidário e Sistema Eleitoral. Desenvolver algumas noções sobre o sistema partidário brasileiro.

CIÊNCIA POLÍTICA III

Ementa: Estudar os principais cientistas políticos, desde o Absolutismo até o século XX, e analisar as suas concepções de estado e sociedade, dando ênfase às contribuições para a Moderna Ciência Política. Estado Absolutista, Estado Liberal, Estado Democrático, O Socialismo, O Neoliberalismo. A partir dessas referências teóricas, refletir sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil no Brasil, resgatando os principais acontecimentos políticos das últimas décadas que permitam recompor a realidade política da sociedade e da educação brasileira.

CIÊNCIA POLÍTICA IV

Ementa: Analisar questões atuais de Ciência Política, relacionando Estado e Sociedade Civil. Teoria Elitista Pluralista. Estado e Hegemonia em Gramsci. Identificar como estas contribuições podem ser apropriadas pelos estudantes de Ciências Sociais para analisar as transformações que estão ocorrendo no sentido de uma maior organização da sociedade civil brasileira e ampliação dos espaços institucionais de participação política. De que maneira isto se reflete nas questões escolares, na medida em que a escola tenha por objetivo concreto a formação voltada para o exercício da cidadania.

CIÊNCIA POLÍTICA V

Ementa: Analisar a política brasileira enfocando momentos chave de sua história a partir da república. A Primeira República; o Estado Novo; o intervalo democrático; a ditadura Militar, a transição democrática; a Nova República; Os governos FHC e Lula. Refletir sobre como nos inserimos na política e de que maneira as questões políticas aparecem no cotidiano escolar.

SEMINÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Ementa: Discussão e análise das principais formas teóricas de conceber a democracia. Propiciar a análise política calcada num dos temas chave da Ciência Política atual, a democracia, e voltada à percepção e à definição das diferentes formas de conceituar e de conceber esta categoria ao longo do tempo.

EIXO: ANTROPOLOGIA

ANTROPOLOGIA I
Ementa: História e Método: Este curso trata das condições de emergência do saber antropológico e do modo como ele foi formalizado como campo disciplinar, definindo, a partir daí, procedimentos teóricos, conceitos e métodos de pesquisa.
ANTROPOLOGIA II
Ementa: Tradição Inglesa - Esta disciplina trata das relações entre teorias, conceitos e métodos de investigação tal como constituídos na Tradição Inglesa: Frazer, J; Tylor, E; Malinowski, B; Radcliffe-Brown, A R.; Evans-Pritchard, E. E.; Firth, R; Gluckman, M.; Douglas, M.; Turnar, V.; Leach, E.
ANTROPOLOGIA III
Ementa: Tradição Americana - Esta disciplina trata das relações entre teorias, conceitos e métodos de investigação, tal como constituídos na Tradição Americana: Boas, F.; Bateson, G.; Mead, M.; Benedict, R.; Linton, R.; White, L.; Herskovits, M.; Kroeber, A; Harris, M.; Geertz, C.

ANTROPOLOGIA IV
Ementa: Tradição Francesa- esta disciplina trata das relações entre teorias, conceitos e métodos de investigação, tal como constituídos na Tradição Francesa: Durkhein, E.; Mauss, M.; Hertz, M.; Van Gennep, A; Lévi-Bruhl, L.; Lévi-Strauss, C.; Héritier, F.; Dumont, L.; Balandier, G; Bordieu, P.
ANTROPOLOGIA V:
Ementa: ANTROPOLOGIA NO BRASIL: Esta disciplina trata das relações entre teorias, conceitos e métodos de investigação, tal como constituídos na Antropologia no Brasil: Freyre, G.; Ribeiro, D.; Oliveira, R. C.de; Velho, G.; Da Matta, R.; Zaluar, A; Duarte, L. F. D.; Corrêa, M.; Durham, E. R. ; Cândido, A.
SEMINÁRIO DE ANTROPOLOGIA
Ementa: Estudo das principais vertentes, autores e temáticas relacionadas à antropologia do poder e da política.

EIXO: METODOLOGIA E PRÁTICA DE PESQUISA (BACHARELADO)

METODOLOGIA DA PESQUISA SOCIAL I
Ementa: Iniciar o aluno no conhecimento metodológico das Ciências Sociais, possibilitando a reflexão sobre as diferentes posturas epistemológicas, metodológicas e técnicas no desenvolvimento da pesquisa social.
METODOLOGIA DA PESQUISA SOCIAL II
Ementa: Iniciar o aluno no conhecimento metodológico das Ciências Sociais, possibilitando a reflexão sobre as diferentes posturas epistemológicas, metodológicas e técnicas no desenvolvimento da pesquisa social
PESQUISA DE CAMPO I
Ementa: Elaboração de projeto de pesquisa social, acompanhado de realização de pesquisa de campo exploratória e levantamento teórico bibliográfico.
PESQUISA DE CAMPO II
Ementa: Elaboração de projeto de pesquisa social, acompanhado de realização de pesquisa de campo exploratória e levantamento teórico bibliográfico.
PESQUISA DE CAMPO III
Ementa: Desenvolver pesquisa empírica através da Metodologia da Pesquisa Social.
PRÁTICA PROFISSIONAL DE PESQUISA
Ementa: Disciplina prática destinada à realização do trabalho de pesquisa para a elaboração da monografia final do curso.
ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA
Ementa: Disciplina prática destinada à redação da monografia final do curso.

EIXO: METODOLOGIA E PRÁTICA DE ENSINO (LICENCIATURA)

PRÁTICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS I
Ementa: Levar o aluno ao contato direto com a realidade escolar, buscando observar aspectos relacionados a sua estrutura e funcionamento, bem como, as percepções dos professores em relação as suas práticas de ensino.
PRÁTICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS II
Ementa: Levantar, através de pesquisa, instrumentos e técnicas pedagógicas, enquanto alternativas metodológicas que se constituam em instrumentos facilitadores na relação conteúdo-forma.
PRÁTICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS III
Ementa: Desenvolver habilidades de ensino, em sala de aula, a partir de atividades de elaboração e desenvolvimento de planos de ensino e/ou aula.
PRÁTICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS IV
Ementa: Desenvolvimento de atividades com professores, do Ensino fundamental e Médio, sobre a abordagem de "temas transversais" em sala de aula. Esta atividade constituir-se-á de: levantamento bibliográfico, confecção e preparação de material a ser utilizado pelos professores em sala de aula. Os alunos deverão escolher temas que apresentarão para o público através de projetos organizados por eles.
PRÁTICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS V
Ementa: Os alunos deverão escolher temas da atualidade que apresentarão através de projetos de extensão e/ou de educação continuada, organizados pelos mesmos.
ESTÁGIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS I
Ementa: conhecimento do contexto social onde está inserida a escola; conhecimento do meio profissional com vistas à emergência da identidade docente; conhecimento da administração pedagógica de uma escola.
ESTÁGIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS II
Ementa: proporcionar ao aluno conhecimento do meio profissional através da iniciação em sala de aula.
ESTÁGIO EM CIÊNCIAS SOCIAIS III
Ementa: Após experiência do estágio supervisionado o estudante dispõe de um conjunto de acontecimentos e percepções que deverão ser analisados utilizando-se dos conhecimentos disciplinares e pedagógicos existentes.
MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA SOCIAL I
Ementa: Iniciar o aluno no conhecimento metodológico das Ciências Sociais, possibilitando a reflexão sobre as diferentes posturas epistemológicas, metodológicas e técnicas no desenvolvimento da pesquisa social.
MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA SOCIAL II
Ementa: O objeto da pesquisa como objeto construído. Método e técnicas de pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa: apresentação e justificativa, objetivos, problematização, fundamentação teórica e procedimentos metodológicos, cronograma e orçamento. Construção e pré-teste de instrumento de pesquisa. Organização, análise e interpretação de dados de pesquisa.
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS I
Ementa: Uma introdução à Língua de Sinais, uma comunicação visual, com sua gramática. Alfabeto manual. Diálogos com estruturas afirmativas, negativas e interrogativas. Expressões de quantificação e intensidade – adjetivação. Descrição. Narrativa básica.

EIXO DAS TEORIAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA:

FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO
Ementa: Tratará, basicamente, dos pressupostos metodológicos, filosóficos, antropológicos, econômicos, político-institucionais e sociológicos de forma "interdisciplinar", centrando-os na perspectiva de possibilitar aos alunos a aquisição progressiva de sensibilidade e competência para compreender e conceituar a realidade educacional em geral e, particularmente, a escola e suas relações constitutivas mais imediatas. Espera-se que os alunos desenvolvam maior capacidade de agir no meio em que vivem, com perspectiva histórica mais elaborada.
FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO
Ementa: Tem como objetivo estudar aspectos psicológicos – evolutivos, cognitivos e afetivos – disponibilizando subsídios para problematizar, entender e intervir nos processos educacionais de sua futura prática profissional. Abordagem desses aspectos psicológicos será realizada a partir de sua interface com outras áreas de conhecimento, historicamente contextualizados.

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ORGANIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: Estado e suas relações com as políticas públicas e políticas educacionais no percurso da história da educação brasileira; organização e funcionamento da educação básica no Brasil; a legislação, os sistemas educacionais e a organização da escola; a profissionalização docente; e o financiamento da educação.

TEORIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Ementa: Reconhecer, analisar e debater os sentidos e as representações sociais de escola; a organização administrativa e pedagógica da Escola Básica; as relações escolares; as teorias de currículo; o currículo como artefato social, cultural e histórico e como campo de lutas; a importância do projeto político - pedagógico na escola e suas formas de elaboração, implementação e avaliação; os tipos de planejamentos educacionais e de ensino; as teorias e práticas da avaliação escolar; a sala de aula como espaço multicultural, de socialização, experiências, conflitos e aprendizagens múltiplas.

Conclusões

Sem a pretensão de tirar conclusões das reflexões propostas acima, o presente documento tem como objetivo fundamental propor a discussão e mostrar a necessidade de se buscar soluções a uma série de problemas na organização e estruturação da formação dos cientistas sociais, bacharéis ou licenciados.

É a necessidade de vigor e engajamento nesse debate que poderá resultar na elaboração de propostas e soluções para um conjunto de dificuldades que já vêm sendo diagnosticadas há algum tempo.

Neste sentido, reforça-se, nestas conclusões, a importância de pensar a elaboração de uma proposta de percurso de formação articulada com uma clara concepção e definição de perfil de cientista social que se pretende alcançar.

Referências

Burawoy, M. & Braga, R. *Por uma Sociologia Pública.* São Paulo, Alameda, 2009.

Comte, Augusto. *Sociologia.* Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1989.

Elias, Norbert. *Qu'est-ce que La sociologie?* Paris, Éditions de l'Aube, 1991.

Fernandes, Florestan. A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1977.

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Bases Legais. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. 2000.

Parecer CNE/CES nº 492/2001. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior.

Parecer CNE/CES nº 1.363/2001. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior.

Parecer CNE/CES nº 224/2004. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior.

Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais Bacharelado. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/cienciassociais/projetopedagogico.

Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Sociais Licenciatura. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/cienciassociais/projetopedagogico.

Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel. Resolução nº 14 de 28 de outubro de 2010. Pró-Reitoria de Graduação, Universidade Federal de Pelotas. Coletânea Pedagógica: Caderno temático nº 4. Pelotas, 2010.

Resolução CNE/CES nº 17/2002. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior.

Resolução CNE/CP nº 1/2002. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno.

Resolução CNE/CP nº 2/2002. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno.

Resolução CNE/CES nº 2/2007. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior.

Touraine, Alain. *Pour la sociologie.* Paris, Éditions de Seuil, 1974.

Anexos

Anexo 1

A Estrutura do Projeto Político Pedagógico

Segundo as diretrizes curriculares dos cursos de ciências sociais (Resolução CNE/CES nº 17), os projetos pedagógicos devem conter os seguintes elementos:

a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
b) as competências e habilidades gerais a serem desenvolvidas;
c) as competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas na licenciatura;
d) os conteúdos curriculares de formação específica, formação complementar e formação livre;
e) os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
f) a estrutura do curso;
g) o formato dos estágios;
h) as características das atividades complementares;
i) as formas de avaliação.

Segundo o Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação da universidade devem levar em consideração as seguintes dimensões:

I – concepção do curso;
II - estrutura curricular;
III – quadro docente e técnico-administrativo;
IV – condições de oferta;
V – dimensões da avaliação.

Anexo 2

Considerações sobre a Estrutura Curricular

As estruturas curriculares dos cursos de ciências sociais poderão ser organizadas em torno de **eixos** de formação longitudinais e em torno de ciclos, fases ou módulos. Em princípio são cinco os eixos principais de formação dos cientistas sociais, bacharéis ou licenciados, quais sejam:

1. Sociologia
2. Ciência Política
3. Antropologia
4. Metodologia e prática profissional
5. Livre ou opcional.

A esses eixos, é preciso acrescentar mais um, específico à licenciatura, referente à formação teórica no campo da educação e do debate pedagógico.

O eixo de formação livre ou opcional poderá constituir-se no momento em que os alunos buscam o diálogo com outras áreas de conhecimento, além daquelas especificamente escolhidas para desenvolver suas investigações.

Também é possível a estruturação da formação em ciclos, fases ou módulos definidos como momentos destinados à aquisição de um conjunto específico de atitudes, competências, habilidades e conhecimentos. É possível identificar três fases fundamentais na formação dos cientistas sociais, bacharéis ou licenciados:

1. Fase inicial, destinada a formação de competências básicas e de identificação do campo profissional.
2. Fase intermediária, destinada a ampliação dos conhecimentos específicos e desenvolvimento das competências e habilidades profissionais.
3. Fase final, destinado ao exercício prático-profissional e à elaboração de trabalho final de curso ou de estágio obrigatório, no caso da licenciatura.